

ARTIGO

MP DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA É SUBSTITUÍDA POR PROJETO DE LEI

DS

O tema polêmico da Medida Provisória nº 910/19, que trata da regularização fundiária no país, fez com que o prazo de sua votação perdesse a validade no Congresso Nacional. A partir de agora, o conteúdo da MP, que altera dispositivos da Lei nº 11.952/2009, será votado em forma do Projeto de Lei(PL) n. 2.633/20, estabelecendo normas de regularização nas terras da União e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra),

Entre as ações propostas na MP e que retornam ao Congresso como PL, a de maior magnitude se concentra na ampliação do espectro de beneficiários do programa de regularização fundiária implantado pela Lei nº 11.952, que até então se encontrava restrita ao âmbito da Amazônia Legal e que, com a edição da MP, passou a ter abrangência nacional.

No que concerne ao meio ambiente, a MP determinava que a infração ambiental somente se caracterizaria após o esgotamento das vias administrativas. Em outros termos, isso significa dizer que nenhuma medida judicial poderia ser adotada pelo Ministério Público Federal enquanto a discussão a respeito do cometimento ou não de infração não estivesse superada dentro do órgão ambiental responsável pela apuração.

Entre as modificações previstas no PL em relação à MP, está a quantidade de unidade de medida agrária do imóvel para que a averiguação possa ser feita por mera declaração do ocupante - desde que apresentada toda documentação necessária. Segundo o texto do projeto de lei, fica estabelecida a possibilidade de regularização fundiária com dispensa de vistoria prévia pelo Incra apenas as áreas com até seis módulos fiscais, ante os 15 módulos fiscais previstos na MP 910.

O projeto também estabelece que o requerente deverá apresentar a comprovação de Cadastro Ambiental Rural (CAR) ativo e a declaração de que exerce ocupação e exploração da área antes de 22 de julho de 2008. O Incra se incumbirá de verificar as condições do imóvel junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). As terras ocupadas por comunidades quilombolas ou tradicionais serão regularizadas conforme normas específicas.

Garantir maior fiscalização ao meio ambiente e fomentar a economia dos Estados

Incra, da Secretaria do Patrimônio da União ou de órgãos de terra estaduais ou do Distrito Federal.

A polêmica costuma andar de mãos dadas com as questões relacionadas à regularização fundiária. Contar com uma legislação eficiente e justa é, sem dúvida alguma, bastante relevante para o desenvolvimento do país, cabendo tal tarefa ao Poder Legislativo. A medida deve ser adotada com muito critério, de modo a proporcionar segurança jurídica aos cidadãos, garantir maior fiscalização ao meio ambiente e fomentar a economia dos Estados brasileiros.

Leandro Facchin é advogado, especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – e-mail: leandro.facchin@irajalacerdaadvogados.com.br

JORNAL DIÁRIO DA SERRA Propriedade da AJOTA ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA CNPJ: 29.464.235/0001-16 Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões 78300-000 Tangará da Serra-MT ISSN 22386467	REDAÇÃO DIREÇÃO DE JORNALISMO Fabiola Tormes CONTATO ds@diariodaserra.com.br Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o whatsapp do DIÁRIO DA SERRA (65) 99809.2921  www.diariodaserra.com.br www.ds.jor.br
TIRAGEM 1 MIL EXEMPLARES CIRCULAÇÃO Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenópolis, Nortelândia e Santo Afonso. CENTRAL DO ASSINANTE (65) 3326.6501 	DEPARTAMENTO COMERCIAL PUBLICIDADE ASSINATURA PUBLICIDADE LEGAL Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA SERVIÇOS GRÁFICOS E. Tormes e Cia. LTDA CNPJ: 14.048.123/0001-07 CONTATO: adm@diariodaserra.com.br Fone: (65) 3326-4724

NOVA OLÍMPIA

Executivo inicia implantação de iluminação no Parque Industrial



Trabalho iniciado nesta semana

Estão sendo instaladas redes elétrica com 63 postes

Assessoria Prefeitura

A Prefeitura Municipal de Nova Olímpia, através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, por meio da empresa contratada, Eletro Tartari LTDA deu início a execução de duas importantes obras no bairro Jardim Itamarati. Trata-se da tão sonhada iluminação do Parque Industrial com a implantação da Rede de Distribuição Elétrica de Alta e Baixa tensão na área do Parque, que fica localiza-

da na saída da cidade com sentido a Barra do Bugres, além da pavimentação asfáltica da rua 05.

São mais duas obras de peso do cronograma do Plano de Governo Municipal que prevê o fortalecimento do setor industrial e a geração de emprego e renda em Nova Olímpia.

No local, estão sendo instaladas redes elétrica com 63 postes de concreto que equivale a um investimento de R\$ 333.374,08 mil, de convênio da SINFRA, e contrapartida com recursos próprios do município no valor de R\$ 9.945,70.

De acordo com informações do secretário de Obras, Ari Cândido Batista (Arizão), o serviço visa melhorar as condições para as

futuras indústrias que serão instaladas no Parque Industrial e, consequentemente, a qualidade de vida, tendo em vista que as empresas do Parque serão beneficiadas com a iluminação e a melhor trafegabilidade das ruas.

ASFALTO DA RUA 05 BAIRRO ITAMARATI - A administração também deu início aos serviços para pavimentação da Rua 05, levando o ‘tão sonhado chão preto’ para a comunidade, totalizando 3.439,43 metros quadrados de pavimentamentos.

O valor da obra é no R\$ 271.227,67, recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Regional e mais a contrapartida do governo municipal.

MANUTENÇÃO

Centro Cultural receberá obras de melhorias nos próximos meses

FABIÓLA TORMES / Redação DS

A Câmara Municipal de Tangará da Serra aprovou em sessão ordinária realizada na última terça-feira, 19, o Projeto de Lei nº 025/2020 autorizando o Executivo Municipal a investir 135 mil no Centro Cultural Pedro Alberto Tayano Filho.

O recurso, conforme descrito em projeto, será usado pela Secretaria Mu-

nicipal de Cultura e Turismo na execução do projeto de manutenção do Centro Cultural, com troca de forro, troca de peças hidráulicas nos banheiros, refazer a calçada da frente, e serviços de pintura predial interna e externa.

De acordo com mensagem enviada, o espaço necessita de melhoria e adequações pois trata-se de um local utilizado por muitas pessoas, desde crianças a idosos, que participam de oficinas cul-

turais, visitam a Sala da Memória, utilizam a Biblioteca Pública Municipal Viviane Costa dos Santos Ferro e/ou participam de eventos.

Segundo o secretário Carlos Tayano, apesar de não abranger toda a necessidade do espaço, trata-se de uma obra importante, com previsão de início das obras nos próximos meses. “Estamos nos trâmites burocráticos para início”, informou, sem precisar, entretanto, quando iniciará.